

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.395.656 - PR (2018/0292773-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : FRANCIELE MACHADO DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : MARCIANO MACHADO
AGRAVANTE : MARIA DAS DORES MACHADO
ADVOGADOS : FÁTIMA ROSÂNGELA RODRIGUES - PR058451
LEÔNIS SEMMER - PR082040
AGRAVADO : ELIAS DIAS MOTTA - ESPÓLIO
REPR. POR : EDUARDO MACHADO MOTA
ADVOGADOS : CELSO HELLMANN - PR048967
ROBERTH TONNY HELLMANN - PR073950

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE USUCAPIÃO (1) AJUIZADA CONTRA PROPRIETÁRIO, JÁ FALECIDO. JULGAMENTO DE IMPROCEDÊNCIA. CONEXÃO COM AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C INDENIZAÇÃO (2) AJUIZADA PELOS HERDEIROS. JULGAMENTO DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. PRELIMINAR EM CONTRARRAZÕES DE AMBOS OS RECURSOS.

IMPUGNAÇÃO QUANTO A CONCESSÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA AOS RECORRENTES. CONCESSÃO EM PRIMEIRO GRAU. INTELIGÊNCIA DO ART. 99, §2º E 3º. IMPUGNANTE QUE NÃO DEMONSTROU SUAS ALEGAÇÕES. AFASTADA. MANUTENÇÃO DO BENEFÍCIO. APELAÇÃO CÍVEL (1). USUCAPIÃO. SEM PROVA HÁBIL E SEGURA ACERCA DO TEMPO DE EXERCÍCIO DE POSSE. DÚVIDA QUANTO AO TEMPO DE EXERCÍCIO DE POSSE MILITA EM DESFAVOR DA PARTE AUTORA QUE BUSCA A USUCAPTION. PROVAS DESCONSTITUÍDAS PELOS HERDEIROS. MANUTENÇÃO INTEGRAL DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA.

Sem prova testemunhal hábil e convincente, e diante da impossibilidade de considerar o contrato de compra e venda como válido, a única prova capaz de confirmar a tese de que exercício da posse remonta a 2004, posto que foi desconstituída pelos herdeiros do proprietário do imóvel por meio da ata notarial extraída do Google Maps contendo imagens do local em 2011, demonstrando que não havia posse alguma sobre o imóvel, impõe-se entender que não está

comprovado o tempo do exercício de posse para usucapir a área.

“A dúvida ou insuficiência de prova quanto ao fato constitutivo milita contra o autor. Assim, no momento do julgamento, porém, o juiz apreciará toda a prova (e contraprova) produzida e, se ficar na dúvida quanto ao fato constitutivo, em virtude do labor probatório do réu, ou não, o autor perde a demanda e o juiz julga a ação improcedente”. (GRECO, Vicente Filho. Direito Processual Civil Brasileiro, 2º vol. 2.ed. Saraiva. SP. 1986. pág. 177)

HONORÁRIOS RECURSAIS DEVIDOS. INTELIGÊNCIA DO § 11º DO ART. 85, DO CPC/15. OBSERVÂNCIA AO PADRÃO DE ARBITRAMENTO UTILIZADO NA ORIGEM. ARBITRAMENTO POR APRECIÇÃO EQUITATIVA. RESSALVA QUANTO A GRATUIDADE DA JUSTIÇA CONCEDIDA EM GRAU RECURSAL. APELAÇÃO CÍVEL (2). REINTEGRAÇÃO DE POSSE. PROPRIEDADE DO IMÓVEL ADQUIRIDA PELOS AUTORES POR HERANÇA. POSSE INDIRETA TRANSFERIDA AOS HERDEIROS. LIVRE DISPOSIÇÃO, USO E GOZO QUE PODE SER ELIDIDA PELA PARTE RÉ SE DEMONSTRADA SUA POSSE JUSTA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE.

NECESSIDADE DE REFORMA QUANTO A CONDENAÇÃO EM PERDAS E DANOS E DANO MORAL. AUSÊNCIA DE PROVAS SEGURAS DOS DANOS PATRIMONIAIS SUPOSTOS. ESBULHO POSSESSÓRIO É PRESSUPOSTO DA AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE E ESTÁ CARACTERIZADO. DANO MORAL AFASTADO. NÃO OFENSA NA ESFERA ÍNTIMA DAS PARTES, AFETA À PERSONALIDADE. REFORMA PARCIAL. REDISTRIBUIÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. NÃO CABIMENTO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL (1) – CONHECIDO E NÃO PROVIDO RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL (2) – CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do especial, aponta a parte agravante violação ao artigo 369, do CPC.

Ao argumento de que o contrato de compra e venda juntado aos autos não se trata de prova inválida, mas sim, de prova cabal apta a demonstrar e comprovar suas

alegações.

Da análise dos autos, observo que suas alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

De início, observo que o Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, apurou que não houve comprovação da posse do imóvel bem como não foram preenchidos o lapso temporal do usucapião, assim se pronunciando:

[...]

No caso dos autos, pleiteia a autora a usucapião extraordinária do imóvel, disciplinada pelo art. 1.238 do CC, a qual traz como requisitos a posse, exercida com animus domini, de forma mansa, pacífica e contínua e o lapso do tempo de 15 anos.

Nesse passo, a autora sustenta que comprovou documentalmente diante do contrato de compra e venda, e mediante prova oral, que exerce a posse do imóvel desde 18/02/2004, quando adquiriu os direitos possessórios de Emerson Leandro Floriano, possuidor desde 1996.

Contudo, em primeiro plano, não há como se considerar o contrato de compra e venda para comprovação do tempo de posse, uma vez que no ano de 2004, a autora tinha apenas 13 anos de idade, sendo absolutamente incapaz para realização do ato. Tal fato inclusive restou reconhecido pelo irmão da autora em seu depoimento pessoal, afirmando que justamente em razão de sua irmã ser menor de idade que pediu para que ela assinasse, pois estava se separando à época e queria evitar problemas no divórcio. Mas existe mais um detalhe sobre referida negociação. O contrato é datado em 2004, e as assinaturas foram reconhecidas somente em 2012, gerando certa desconfiança acerca da data real da negociação ter sido realizada, de fato, em 2004.

Diga-se então que ainda que fosse considerado, a data do reconhecimento das assinaturas por semelhança, 17 de agosto de 2012, levanta dúvida acerca do exercício da posse desde 2004, que não restou esclarecida pela prova oral, nem pelas demais provas documentais produzidas nos autos.

Veja-se que em seu depoimento pessoal, a autora confessa que não tem conhecimento algum das cláusulas do contrato, que sabe que seu irmão Marciano comprou de Emerson, mas era ele quem mexia com tudo. Afirma ainda que apenas assinou porque seu irmão Marciano estava se separando a época e queria evitar problemas com o divórcio.

Questionada sobre a data do reconhecimento da assinatura

respondeu que “foram dando prioridades para outras coisas”. Questionada também acerca de ter arrolado seu Emerson como testemunha respondeu que “não sabe onde ele se encontra”.

Por sua vez, Marciano Machado afirma que o reconhecimento da assinatura somente se deu em 2012, pois foi quando terminou de pagar as parcelas do terreno, como havia sido acordado com o Sr. Emerson à época. Todavia, não há qualquer prova nos autos no sentido de que o pagamento seria feito em parcelas, causando estranheza ainda o fato de constar no contrato que o valor do imóvel seria de R\$ 8.000,00 e no depoimento o irmão da autora alegar que pagou à época em torno de R\$ 20.000,00 pelo negócio.

O acolhimento das razões do recurso especial, a fim de demover as conclusões da Corte de origem e, com isso, caracterizar o preenchimento dos requisitos necessários do usucapião, demandaria reexame de matéria fática, o que esbarra na Súmula 7 do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora